



EXCELENTÍSSIMA SENHORA SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO – PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº **002/2020**/CEL/SUPEL/RO

Processo eletrônico nº **0010.410906/2019-38**

PEN6 Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.746.016/0001-07, sediada na Rua Brasília, nº 2930, bairro São Cristóvão, em Porto Velho/RO, CEP 76804-070, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A Comissão Especial de Licitação da Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia (CEL/SUPEL comunicou em 21/03/2022 a abertura de prazo para apresentação de contrarrazões aos recursos interpostos no processo nº0010.410906/2019-38 (Concorrência Pública no 002/2020/CEL/SUPEL/RO).



Assim, as presentes razões recursais apresentadas em 28/03/2022, são tempestivas.

2. BREVE RELATO DOS FATOS

A licitante MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA apresentou "Recurso Administrativo" em face da habilitação da empresa PNA PUBLICIDADE LTDA, agora **PEN6** Ltda.

A Recorrente alega que houve descumprimento das normas editalícias por parte da Recorrida, havendo a necessidade de sua desclassificação do certame.

A Recorrente utiliza-se do fundamento de que a Recorrida descumpriu a determinação do §2º do art. 32 da Lei no 8666/93, argumentando que não foi apresentada a declaração de inexistência de fato superveniente exigida quando da apresentação de documentos habilitatórios pelo CRC, conhecido por Certificado de Registro Cadastral utilizado por contabilistas.

É um breve relato.

3. DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES

3.1. DA INEXISTÊNCIA DE DISPOSIÇÃO ACERCA DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A Recorrente alega que a Recorrida deveria ser desclassificada do certame devido ao descumprimento do §2º do art. 32 da Lei no 8666/93:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei no 8.883, de 1994)

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o §1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação. (Redação dada pela Lei no 9.648, de 1998)

O referido texto cita a sua continuidade no art. 36, §1º:

Art. 36. Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação

técnica e econômica avaliada pelos elementos constantes da documentação relacionada nos arts. 30 e 31 desta Lei.

§ 1o Aos inscritos será fornecido certificado, renovável sempre que atualizarem o registro.

Em uma simples leitura dos dispositivos citados fica claro que: o certificado de registro cadastral serve tão somente para substituir a entrega de determinados documentos (relacionados nos art. 28 a 31 da Lei 8.666) e quando a licitante optar pela sua utilização, é necessária a declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação – claro, se houver fato impeditivo.

Ou seja, considerando que a Recorrida optou pela apresentação de todos os documentos necessários e solicitados para a fase de habilitação do certame, não há motivo para que faça a sua apresentação de um documento desnecessário e não obrigatório no caso em questão – e que só seria exigível se a licitante conhecesse fato impeditivo da habilitação.

Nesse sentido é o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU (Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição – Revista, atualizada e ampliada):

Não exige a Lei de Licitações comunicado de inexistência de fato impeditivo, apenas disciplina a apresentação de declaração quando o licitante toma ciência de fato superveniente impeditivo da habilitação. Logo, não há amparo legal para se exigir declaração de superveniência de fato impeditivo de habilitação em processo licitatório.

Quando o certificado de registro cadastral for utilizado para substituir documentos de habilitação, o licitante cadastrado tem o dever de informar à Administração a superveniência de qualquer fato, caso tenha ocorrido, que o impeça de se habilitar a participar de licitações públicas.
(grifos nossos)

Portanto, no presente caso, como a **PEN6** não utilizou o CRC, optando por apresentar todos os documentos exigidos pelo edital, não há que se falar em descumprimento ao §2o do art. 32 da Lei no 8666/93.

Ademais, como ressalta a orientação do TCU, a recorrente mais uma vez, de má-fé, vem tumultuar o processo, visto que a lei exige apenas apresentação de declaração positiva, isto é, se sobrevir fato impeditivo, o que não é o caso, não havendo amparo legal para exigência de declaração de ausência de fato impeditivo de habilitação.

Ad argumentandum tantum, é possível verificar que o presente Edital NÃO TRAZ QUALQUER EXIGÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, em

nenhum item, estando o documento convocatório em consonância com a legislação pertinente e as orientações das Cortes de Contas.

Assim, fica claro o dolo da recorrente, pois

Primeiro, o Edital não exigiu a Declaração de Fato Superveniente Impeditivo.

Segundo, A Declaração só é exigível quando a licitante opta pelo CRC, e no caso, a **PEN6** não utilizou o CRC.

Terceiro, como a **PEN6** não apresentou o CRC, portanto não há razão pra sequer se cogitar nessa declaração de fato superveniente.

Quarto, a declaração de fato superveniente impeditivo só é exigível se a licitante tiver conhecimento de tais fatos. Não é o caso, porque a **PEN6** não reconhece a existência de fato superveniente impeditivo e portanto, não está obrigada a declarar, conforme já mencionado e conforme consta do §2º, do art. 32, da Lei 8.666/93.

De forma suspeita, estranha e que demonstra tentativa de conspirar contra a licitação, a Recorrente apresentou tal declaração, sem previsão editalícia e sem previsão legal, porque ela também não utilizou o CRC, e fez isso, de caso pensado para agora criar uma situação fake, para que a declaração inexigível, agora se torne obrigatória ao bel prazer da recorrente. Vejam que a recorrente está criando regras para o Edital, no final do certame, mesmo tendo podido, no prazo legal, e previamente ter tentado mudar as normas definidas pelo Edital fornecido pela Comissão.

É extremamente suspeito e de má-fé a Recorrente pedir a desclassificação da Recorrida após, mais uma vez, inventar argumentos para protelar o certame de forma desnecessária. A Comissão de Licitação já deveria ter tomado uma atitude punitiva, considerando que já é a terceira vez que a recorrente inventa coisas para atrapalhar o andamento da licitação. É uma má perdedora. Perdeu todas as fases. Nem deveria estar presente na fase atual, pois foi desclassificada no preço. Portanto, nem poderia se manifestar agora, pois já deveria estar alijada do processo – conforme recurso apresentado pela **PEN6**.^

Por várias vezes essa Comissão já identificou que os argumentos utilizados pela recorrente não possuem fundamentos lógicos e plausíveis, utilizando-se até de argumentos como ausência de assinaturas (o que é facilmente verificado) para tumultuar o processo licitatório por duas vezes e, neste momento, utiliza-se do argumento da ausência de declaração que sequer consta no edital. Pergunta-se: Será que isso ficará impune? Isso não é crime?

DA INSEGURANÇA JURÍDICA

Está mais que claro que a recorrente está apostando na insegurança jurídica. Está seguindo os passos, o mesmo modus operandi de uma recente licitação de publicidade. Naquele caso, após perder todas as fases, a perdedora questionou uma certidão que também em absoluto não autorizava a desclassificação da empresa vencedora, e citando jurisprudência que não se amoldava ao caso concreto, mesmo assim, conseguiu a desclassificação da outra no tapetão. Isso significa que a recorrente quer fazer a mesma coisa: quer usar aqui o mesmo artifício de lá. Está tentando inventar um fato, e ela mesma de caso premeditado, já inseriu a declaração que não faz parte dessa licitação, para ver se cola, como colou na outra licitação.

Por todas as razões acima expostas, e outras de fato e de direito, não há qualquer irregularidade na classificação da participação da Recorrida na licitação, tão pouco inobservância ao Edital, não se justificando quaisquer reformas da decisão recorrida.

Portanto, verifica-se que a intenção da Recorrente tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, não merecendo prosperar quaisquer alegações apresentados, diante da clara má-fé nos seus argumentos recursais.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer que:

- a) Sejam as presentes contrarrazões recebidas, devido a sua incontestável tempestividade, bem como o acatamento dos fundamentos nela apresentados;
- b) O Recurso interposto pela Recorrente tenha seu provimento negado, conforme fundamentação e outras razões de fato e de Direito admitidas no processo administrativo.
- c) Que a recorrente seja punida por má-fé, ao tentar tumultuar e procrastinar o procedimento licitatório, inventando ausência de assinatura, completamente visível para todos, e conspirando contra o Edital, ao querer a obrigatoriedade de declaração que não foi prevista no Edital.

Termos em que, pede deferimento.

Porto Velho, 23 de março de 2022.



PEN6 LTDA

Euripedes Claiton R Campos